



Joana de Souza Machado

**ATIVISMO JUDICIAL NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a Gisele Cittadino.

Rio de Janeiro
junho de 2008.



Joana de Souza Machado

**ATIVISMO JUDICIAL NO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito. Aprovada pela comissão examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Gisele Cittadino

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-RJ

Prof. Francisco de Guimaraens

Departamento de Direito – PUC-RJ

Prof. José Ricardo Cunha

Departamento de Direito – UERJ

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2008.



Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da Universidade, da autora e da orientadora.

Joana de Souza Machado

Graduou-se em Direito (Universidade Federal de Juiz de Fora - MG) em 2005. Foi Professora Substituta do Departamento de Direito Público da Universidade Federal de Juiz de Fora (2006 – 2008). É Professora de Direito Constitucional e de Direito Financeiro da Faculdade Metodista Granbery - JF/MG.

Ficha Catalográfica

Machado, Joana de Souza.

Ativismo Judicial no Supremo Tribunal Federal / Joana de Souza Machado; orientadora: Gisele Cittadino. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Direito, 2008.

v., 130 f.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito.

Inclui referências bibliográficas.

1. Direito – Teses. 2. Ativismo Judicial. 3. Supremo Tribunal Federal. 4. Recentes alterações performáticas. 5. Possíveis causas e objeções. I. Cittadino, Gisele. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

Agradecimentos

A experiência de cursar o Mestrado em uma Instituição de perfil crítico, como a PUC-RJ, pode ser mesmo tormentosa. As poucas certezas construídas na graduação são reviradas: autores marginalizados são reapresentados sem as tradicionais caricaturas, autores prestigiados são submetidos a interlocuções desafiadoras. Bagunça-se a mente, incorpora-se a única certeza de que há sempre mais a ser conhecido. Pelas novas janelas abertas, a partir das quais tantos temas se fizeram interessantes, agradeço aos Professores e aos inesquecíveis colegas de Mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional da PUC-RJ.

Mas, sem dúvida, não há nada como pesquisar sobre um tema que gere real envolvimento. Por terem partilhado da angústia e entusiasmo que o tema escolhido me despertou, agradeço especialmente aos queridos alunos da disciplina de Tópicos Especiais em Jurisdição Constitucional, que ministrei na Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, durante o segundo semestre de 2007. Nesse espaço, a pesquisa já pôde, desde a fase embrionária, afastar-se de um caráter monológico.

Ao Professor e precioso amigo Marcos Vinício Chein Feres, a primeira e decisiva influência para a minha dedicação à pesquisa, agradeço, entre tantos outros motivos, por ter me contaminado com suas preocupações metodológicas, e alimentado a minha crença de que é possível pesquisar com seriedade sem ter que se romper por completo com o campo do Direito.

À Gisele Cittadino, que, como instigante Professora de Epistemologia, já se inclui notoriamente em minha primeira fala, sou profundamente grata pelo tom paciente e delicado com o qual conduziu a orientação desse trabalho, propiciando-me serenidade nos momentos mais críticos dessa produção científica.

Aos Professores Francisco de Guimaraens e José Ricardo Cunha, pela leitura atenta desse trabalho e pela valiosa interlocução.

Pesquisas também se sujeitam à reserva do financiamento possível. Agradeço, no ponto, ao CNPq, pelo auxílio financeiro; e à PUC-RJ, pelo auxílio financeiro e estrutural, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Ao Anderson e à Carmen, anjos camuflados na secretaria da PUC. Com invejável leveza, conseguiram resolver todos os desafios administrativos que lhes encaminhei.

Por todo o suporte emocional, agradeço, sobretudo, aos meus queridos pais; à Cássia, minha amada irmã; aos amigos, sempre tão generosos; aos familiares, que renovam minhas energias a cada encontro; e ao Serginho, pelo amor cheio de cumplicidade que me dedica.

Resumo

Machado, Joana de Souza; Cittadino, Gisele. Ativismo judicial no Supremo Tribunal Federal. Rio de Janeiro, 2008, 120p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho, por meio do método reconstrutivo de abordagem, investiga recentes alterações performáticas (2007-2008) do Supremo Tribunal Federal como indicadoras de ativismo judicial. Para tanto, realiza uma revisão bibliográfica sobre o conceito de ativismo judicial no âmbito das jurisdições constitucionais, constatando a versatilidade semântica da expressão, conforme o modelo que se adote de jurisdição constitucional. Sob o prisma de uma teoria discursiva do Direito, a pesquisa propõe critérios para a identificação de ativismo judicial nas jurisdições constitucionais. Reconstruindo um sistema analítico de conceitos, a pesquisa obtém instrumentos para proceder à análise de discursos recentes do Supremo Tribunal Federal, finda a qual, identifica, com os critérios anteriormente propostos, a presença do fenômeno estudado. São, ainda, levantadas possíveis causas para as recentes alterações performáticas do Tribunal e, em vias de conclusão, apontam-se objeções ao perfil ativista do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave

Ativismo judicial; Supremo Tribunal Federal; recentes alterações performáticas (2007-2008).

Abstract

Machado, Joana de Souza; Cittadino, Gisele. Judicial activism in “Supremo Tribunal Federal”. Rio de Janeiro, 2008, 120p. MSc. Dissertation – Law Department, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The current work, by means of the reconstructive method of approach, investigates recent performative alterations (2007-2008) of the “Supremo Tribunal Federal” (Supreme Court of Brazil) as signs of judicial activism. Thus, it carries through a bibliographical review of the concept of judicial activism in the scope of the constitutional jurisdictions, evidencing the semantic versatility of the expression, according to the model of constitutional jurisdiction that is adopted. Under the prism of a discursive theory of Law, the research considers criteria for the identification of judicial activism in the constitutional jurisdictions. Reconstructing an analytical system of concepts, it provides instruments to proceed to the analysis of recent speeches of the “Supremo Tribunal Federal”. At the conclusion of the analysis, the presence of the studied phenomenon is identified, with the criteria previously considered. Possible causes for the recent performative alterations of the Court are, still, raised and, in summation, objections to the activist profile inaugurated by the Supreme Federal Court are pointed out.

Keywords

Judicial activism; Supremo Tribunal Federal; recent performative changes (2007-2008).

Sumário

1	Introdução	09
1.1	Delimitação do objeto e hipótese de investigação	09
1.2	Método e estrutura de abordagem	09
2	Ativismo Judicial no Âmbito das Jurisdições Constitucionais	15
2.1	Ativismo Judicial entre a semântica e a ideologia	15
2.1.1	Colocação do problema	15
2.1.2	O resgate semântico do Ativismo Judicial	18
2.1.3	A semântica condicionada do Ativismo Judicial	21
2.2	Ativismo Judicial entre concepções de Jurisdição Constitucional	22
2.2.1	Modelos de Constituição	22
2.2.2	Constituições substantivas e Jurisdição Constitucional	29
2.2.2.1	Jurisdição Constitucional como fórum de moralidade política	31
2.2.2.2	Jurisdição Constitucional ativista	49
3	Ativismo Judicial no Supremo Tribunal Federal	53
3.1	Desenho histórico da Jurisdição Constitucional Brasileira	53
3.2	Do recente Ativismo Judicial no Supremo Tribunal Federal	59
3.2.1	Premissas substanciais e metodológicas	59
3.2.2	O Exemplo do Mandado de Injunção	61
3.2.3	O Exemplo da Fidelidade Partidária	71
4	Possíveis causas do recente Ativismo Judicial no STF	84
4.1	Nova composição de Ministros	84
4.2	Efeito discursivo da Súmula Vinculante	89
4.3	Ambiente teórico favorável	96
5	Conclusão	104
6	Referências	114

*As idéias são de sua natureza
espontâneas e súbitas;
por mais que as sofremos,
elas irrompem e precipitam-se.*

Machado de Assis, *Teoria do Medalhão*.